

REVISÃO TEÓRICA SOBRE O PAPEL DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Laís Bueno Tonin, Pedagogia, Faculdade Alfa Umuarama - UniALFA, Brasil.

Diego da Silva Jamarchi, Faculdade Alfa Umuarama - UniALFA, Brasil.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE se apresenta como uma estratégia de promoção da alimentação saudável nas escolas de educação básica e públicas no Brasil. Em 1979 a alimentação escolar começou a adquirir um caráter mais efetivamente relacionado ao contexto do processo ensino-aprendizagem e assumir a dimensão de prática pedagógica, de ação educativa, visando à promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional dos alunos da rede pública de ensino, com o nome de Programa Nacional de Alimentação Escolar dirigidos aos trabalhadores, ao grupo materno-infantil e aos escolares, privilegiando as regiões mais pobres.

A alimentação escolar desempenha um papel fundamental no quesito nutricional e educacional das crianças. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem como uma de suas prioridades ofertar uma alimentação saudável e equilibrada aos estudantes da rede pública, dessa forma contribuindo para melhor atenção em sala de aula e seu desenvolvimento como um todo, impactando diretamente no processo de ensino e aprendizagem.

O PNAE é uma das políticas públicas com mais longevidade, quando se trata da garantia de alimentação em espaço escolar, de acordo com Libermann e Bertolini (2014) é o maior Programa de suplementação alimentar da América Latina, tendo em vista o tempo de atuação, a continuidade, o compromisso constitucional desde 1988, o caráter universal, o número de alunos atendidos e o volume de investimentos já realizados, além disso respeita os hábitos tradicionais e regionalismo alimentar.

Atualmente nos espaços das escolas municipais há competições de receitas autorais com ingredientes que são provenientes da agricultura familiar e alimentos minimamente processados, que visam criação e expansão do repertório de receitas de refeições e lanches com novos preparos que incentivem a adesão de alimentos saudáveis pelos alunos. Estes projetos são fundamentais para valorizar os profissionais da educação que atuam na função de cozinheiros dentro do espaço escolar, bem como oportunizar variedade de alimentos que promovem bem-estar e aproveitamento de vitaminas e nutrientes que auxiliam na manutenção da saúde do estudante dentro e fora do espaço escolar.

Embora as diretrizes sejam abrangentes, ainda apresentam limitações quanto ao processo de inclusão e do atendimento às especificidades de alunos, especialmente aqueles que apresentam seletividade alimentar associada à rigidez cognitiva, ou questões sensoriais relacionadas ao paladar.

A seletividade alimentar dos estudantes não se configura apenas como uma preferência, mas como uma condição que envolve fatores sensoriais, comportamentais e cognitivos, podendo comprometer o estado nutricional, e qualidade do processo de ensino e aprendizagem. Dessa forma, justifica-se a

realização deste estudo pela necessidade de discutir intervenções que considerem as singularidades dos estudantes, contribuindo para a efetivação de uma educação inclusiva que vá além do acesso físico à escola, alcançando também o direito à alimentação adequada.

Para tanto, este trabalho tem como objetivo discutir o papel do PNAE no processo de ensino e aprendizagem, especialmente frente ao desafio permanente de ações inclusivas, de forma que garanta o processo de aprendizagem, para convivência e nutrição destes estudantes em espaço escolar.

MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo com análise bibliográfica com uma revisão narrativa de artigos que pontuam uma revisão histórica do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE como uma das políticas públicas de mais longevidade na história sobre alimentação em espaço escolar.

Para tanto, foi realizada uma pesquisa na base de artigos da Scielo e da base de Periódicos da Capes, nas quais resultaram no trabalho da autoras Libermann e Bertolini (2014) que trazem um panorama da história do PNAE e de suas tendências de pesquisa que apontam que a maioria dos trabalhos sobre PNAE são atrelados a pesquisas que envolvem a agricultura familiar, seguida da adequação dos cardápios aos hábitos alimentares dos escolares, respeitando a aceitação dos estudantes.

REVISÃO DE LITERATURA

A alimentação escolar é considerada fundamental frente às dificuldades financeiras das famílias, tendo em vista que muitas crianças frequentam as escolas pela alimentação, por isso, o sabor das preparações, bem como a adequação dos cardápios aos hábitos alimentares dos escolares, exercem forte influência na assiduidade destes ao PNAE.

De acordo com Libermann e Bertolini (2014) o PNAE trata-se de uma estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), ao promover o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) através da alimentação escolar, assim como de várias ações que contribuem para que se possa atingir as metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)⁴. Desde os anos 2000, o governo federal estabeleceu que as compras devem ser feitas em uma proporção superior a 70% dos recursos com alimentos básicos e que as quantidades de açúcar, sal, gorduras totais, saturadas ou gorduras trans deveriam obedecer os limites previstos em legislação.

Suas Diretrizes sugerem o emprego da alimentação saudável e adequada; a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem; a descentralização das ações e a articulação, em regime de colaboração, entre as esferas de governo; e o apoio ao desenvolvimento sustentável. Foram direcionados alguns princípios norteadores para execução da política do PNAE junto aos estados e municípios, tais como; equidade, participação social, universalidade, sustentabilidade/continuidade, compartilhamento de responsabilidades, direito humano à alimentação adequada e respeito aos hábitos e tradições regionais.

Outro ponto que direciona as pesquisas no Brasil em relação ao PNAE, é a agricultura familiar, que fornece os insumos para o PNAE, de acordo com legislação vigente, a Resolução Cd/Fnde Nº 4, De 26 de Fevereiro de 2026, orienta que no mínimo 45% (quarenta e cinco por cento) dos insumos precisam ser oriundos da agricultura familiar, o que promove estabilidade de renda decorrente da parceria, além de diversificação da produção que oferece mais alternativas de comercialização dos seus produtos, aquisição de alimentos diretamente da Agricultura Familiar, priorizam os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas, comunidades quilombolas, os grupos formais e informais de mulheres e de jovens agricultores, no entanto, também evidenciam desafios, pois nem sempre há insumos disponíveis dependendo da cidade.

Vale lembrar que o PNAE é uma política pública que colabora com a diminuição das desigualdades no Brasil, é sobre a complementação da alimentação diária para evitar sensações de fome no momento do ensino/aprendizagem, instituindo um vínculo entre alimentação e escola.

Para os estudantes que padecem de desnutrição, a alimentação do PNAE é fundamental, pois, ao reduzir a privação vivida, a escola inscreve, nesses alunos, um valor social articulado ao comer. Em meio a tantos objetos observados no cotidiano alimentar das escolas, sublinha-se a redução da prevalência da desnutrição, em termos gerais, no Brasil, e aumento da frequência de sobrepeso e obesidade, o que também é um passo importante para compreender as especificidades da alimentação saudável em espaço escolar, portanto, diminuindo um problema de saúde decorrente de hábitos não saudáveis da sociedade.

Outro ponto de destaque nesta análise, é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que por meio da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, estabelece diretrizes atualizadas para a gestão e a oferta da alimentação escolar no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), direcionado aos estudantes da educação básica pública. O normativo reafirma a alimentação escolar como um direito social, articulado à promoção do desenvolvimento biopsicossocial, à melhoria do rendimento escolar e à formação de hábitos alimentares saudáveis.

A resolução estrutura-se em princípios como a universalidade do atendimento, a segurança alimentar e nutricional, o respeito à cultura alimentar e a promoção da sustentabilidade, com ênfase no incentivo à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar. No que se refere à execução do programa, define a atuação de diferentes instâncias, incluindo o FNDE, às entidades executoras e o Conselho de Alimentação Escolar, este último responsável pelo controle social e fiscalização das ações. No campo técnico, estabelece a obrigatoriedade da atuação de nutricionistas na elaboração dos cardápios, priorizando alimentos in natura ou minimamente processados, bem como a adequação às necessidades alimentares específicas dos estudantes. Ademais, impõe restrições ao uso de alimentos ultraprocessados e regulamenta percentuais mínimos de aquisição de gêneros alimentícios saudáveis, destacando a obrigatoriedade de destinação de, no mínimo, 45% dos recursos à agricultura familiar. A normativa também reforça a inserção da Educação Alimentar e Nutricional de forma transversal no currículo escolar, promovendo práticas pedagógicas integradas ao cotidiano das instituições de ensino.

Por fim, intensifica as exigências relativas ao controle higiênico-sanitário e à transparência na aplicação dos recursos públicos, por isso, entende-se que a Resolução CD/FNDE nº 4/2026 consolida uma abordagem ampliada do PNAE, ao

integrar dimensões nutricionais, educacionais e sociais, ao mesmo tempo em que impõe desafios operacionais às entidades executoras, especialmente no que refere a capacidade técnica e a gestão local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir esta análise de revisão teórica sobre o papel do PNAE, é possível concluir por meio da literatura e das legislações vigentes, que o princípio que sustenta o programa é o respeito à cultura alimentar com o propósito de nutrir e diminuir desigualdades de aprendizagem, e de forma fundamental se consolida para uma prática pedagógica, e não como assistencialismo escolar, consolida-se como uma política pública estratégica que articula dimensões nutricionais, educacionais e sociais no contexto da educação básica, de forma que ao promover o acesso à alimentação adequada, o programa contribui diretamente para a permanência dos estudantes na escola, para a melhoria do rendimento acadêmico e para a formação de hábitos alimentares mais saudáveis, impactando, portanto, o processo de ensino e aprendizagem de maneira ampla.

Verificou-se que o PNAE se sustenta em princípios como universalidade, equidade e respeito à cultura alimentar, além de dialogar com políticas de segurança alimentar e com o desenvolvimento sustentável, especialmente por meio da integração com a agricultura familiar. Nesse sentido, destaca-se também o papel regulador e estruturante do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, cujas normativas recentes reforçam a necessidade de qualidade nutricional, controle sanitário e inserção da educação alimentar no currículo escolar. Entretanto, o estudo evidencia que, apesar dos avanços, ainda persistem desafios significativos, sobretudo no que se refere à efetivação de práticas inclusivas.

A ausência de estratégias sistematizadas para atender estudantes com seletividade alimentar, especialmente aqueles com demandas sensoriais e cognitivas específicas, revela uma lacuna importante entre a proposta normativa do programa e sua execução no cotidiano escolar. Tal cenário aponta para a necessidade de ampliação do olhar pedagógico sobre a alimentação escolar, compreendendo-a como um espaço também de mediação, adaptação e inclusão.

Cabe ressaltar, que este trabalho possui limitações de pesquisa, tendo em vista que destaca-se o caráter bibliográfico e narrativo da pesquisa, que não contempla a análise empírica de contextos escolares específicos, o que poderia aprofundar a compreensão sobre a implementação do PNAE em diferentes realidades, pois cada região do Brasil pode sugerir uma abordagem de cardápio diferente de outra, justamente porque o programa visa a implementação do regionalismo.

Por fim, conclui-se que o PNAE não é apenas uma política de garantia de direitos, mas atua como um instrumento efetivo de transformação educacional e social, e tem como papel a ampliação do acesso nutricional diversificado e a garantia da aprendizagem em contexto escolar para diminuição das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: PNAE. Aprendizagem. Alimentação Escolar. Nutrição.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026**. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/resolucoes/2026/resolucao-cd_fnde-no-4-de-26-de-fevereiro-de-2026.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.

LIBERMANN, A.; BERTOLINI, G. **Tendências de pesquisa em políticas públicas: uma avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)**. 2014. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v20n11/1413-8123-csc-20-11-3533.pdf. Acesso em: 17 abr. 2026.